

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
SOCIEDADE, CONHECIMENTO E POLÍTICA

Idosos Agricultores em Trás-os-Montes:
modos de vida, razões de permanência em meio rural

Sílvia Nobre (1), José Portela (2) e Alberto Baptista (2)

1 Escola Superior Agrária de Bragança, 2 Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O processo de industrialização, acarretando um êxodo massivo, despovoou as sociedades rurais e, mesmo nos países em que a reestruturação e modernização do sector agrícola ocorreu, questões como a sucessão, ou melhor a ausência desta, nas explorações agrícolas estão cada vez mais na ordem do dia. Para além deste despovoamento, há um envelhecimento da população, sobretudo nas zonas mais deprimidas do ponto de vista da dinâmica das actividades, e com particular incidência na população activa do sector agrícola.

Em Portugal as zonas do interior estão sem dúvida entre estas. Em Trás-os-Montes os indivíduos com mais de 65 anos representavam 11% da população em 1981, aumentando para 16% em 1991. As projecções demográficas apontam para o reforço desta tendência: aquele indicador rondará os 21% em 2010¹.

A actividade agrícola permanece a principal ocupação da maior parte da população idosa em Trás-os-Montes. Os produtores com mais de 55 anos representavam 59% do total em 1989 e, dez anos, passados são já 64,3%.

A associação da presença de idosos em meio rural nesta região, a uma inactividade generalizada é assim refutada, uma vez que mais de metade dos produtores agrícolas recenseados têm mais de 55 anos.

Esta constatação – a da não obrigatoriedade da categoria etária dos idosos estar associada à inactividade – é aliás avançada por A. Fernandes: *“As transformações demográficas mais recentes, das quais decorre, entre outros aspectos, o prolongamento do tempo de vida, vêm alterar os calendários de probabilidades de ocorrência dos acontecimentos sem que de tal nos tenhamos dado completamente*

¹ Marketest, Sales Index 2000 (projecção com base nos resultados de 1991)

conta. Temos hoje jovens velhos e velhos velhos, apesar de todos continuarem a ser socialmente identificados com uma só categoria social” (Fernandes,1999).

Na Europa as políticas de revitalização do mundo rural são hoje cada vez mais preocupação central dos Estados. No entanto as acções empreendidas neste âmbito têm sobretudo a ver com tentativas de renovação da população activa na agricultura. Os incentivos à instalação de jovens agricultores e os programas de reforma antecipada no sector agrícola são disso exemplo. A evidência empírica mostra no entanto, que os efeitos destas políticas não foram substanciais, designadamente devido às dificuldades de se acharem “sucessores” para as explorações agrícolas. (António et al. 2001)

Em Trás-os-Montes as populações de idosos residentes em meio rural, que prosseguem a actividade agrícola apesar de não terem sucessor, não deixam de funcionar num quadro de estratégia familiar. O que muda agora é a noção tradicional de família em meio rural. De facto o conceito de família mais ou menos alargada, alicerçada numa exploração – casa agrícola –, quer no que diz respeito ao local de residência, quer ainda no concerne à base física das suas actividades, tem agora que ser reformulado em face das mudanças verificadas.

A família terá então que ser encarada também do ponto de vista dos ausentes, que encontraram modos vida nas cidades, onde se instalaram, mas que continuam a relacionar-se com o meio rural de origem, quer pelos familiares próximos aí residentes (pais, avós), quer ainda pela existência (ou expectativa dela) de património fundiário.

Esta noção da família rural, descontínua no espaço e também no tempo, uma vez que as presenças/visitas são agora restritas a períodos bem determinados – fins-de-semana, férias – não é, aliás, nova em Portugal. De facto, durante o período de maior emigração europeia, as sociedades rurais, privadas quotidianamente dos que partiram, organizaram-se também em função deles e dos seus regressos² (Caldas, 1981; Nobre, 1993, Portela e Nobre, no prelo).

Segundo Segalen (1995), as *“(…) sociedades europeias fundaram-se na transmissão. No seu caminho para a industrialização e a urbanização determinados grupos sociais experimentaram um período de ruptura. Hoje redescobrem-se laços (ligações) entre gerações que tecem a trama das sociedades contemporâneas.*

² Analogamente, o funcionamento da explorações agrícolas, então privadas de grande parte da sua mão-de-obra, adaptou-se e evoluiu de forma a substituir parte dessa força de trabalho, por factores de produção agora comprados também com dinheiro proveniente da emigração.

*Ligações tradicionais vividas segundo as formas da modernidade, que comportam sempre uma forma de obrigação mas que são livremente consentidas*³.

Nesta comunicação procuraremos fazer uma reflexão sobre o papel dos idosos agricultores numa zona deprimida do país – Trás-os-Montes – evidenciando as diferentes formas de ocupação do território, bem como o destino e as principais culturas praticadas.

Num segundo momento centrar-nos-emos numa reflexão da ligação destes indivíduos às suas famílias, que estão ausentes da esfera produtiva no quotidiano, mas presentes nas estratégias de produção escolhidas, bem como nas modalidades de sustentação e preservação do património.

Nesta síntese, faremos largamente apelo, entre outros, aos dados empíricos recolhidos no âmbito das actividades do Projecto “Envelhecimento a população e retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes”,

Por fim, evidenciando o papel destes agricultores idosos, nomeadamente na ocupação territorial de zonas deprimidas também do ponto de vista demográfico, abordaremos as acções de política (agrícola e social) a executar de forma a resolver problemas inerentes à permanência destes indivíduos em meio rural.

Agricultores idosos em Trás-os-Montes: uma aproximação à escala regional

Com base na informação disponibilizada pelo RGA 89 caracterizaram-se os agricultores idosos em Trás-os-Montes, analisando a agricultura por eles praticada⁴. Constatou-se, então, que este grupo de activos agrícolas de mais de 65 anos, para além de ter expressão na totalidade dos produtores na região, têm ainda peso económico e social (ocupam um quarto da área agrícola e cerca de 30% da área florestal) (Fragata e Portela, 2000). Maioritariamente pequenos produtores (área média das explorações de 5ha), com agregados domésticos de 2 a 3 pessoas, são essencialmente produtores a tempo parcial utilizando sobretudo mão-de-obra familiar, embora o recurso a trabalho assalariado seja também expressivo.

³ Tradução nossa.

⁴ Dados tratados no âmbito do projecto “Envelhecimento da população e retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes”, Projecto Praxis XXI, Contrato de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico Praxis/2/2.1/CSH/869/95, Investigador Responsável: José Portela, DES-UTAD.

Relativamente às culturas praticadas, verificou-se um predomínio das relativamente pouco exigentes em trabalho. Há assim larga representação das hortas e das vinhas, que indicia também um peso importante destas actividades no autoconsumo das famílias. Por outro lado, há uma reorientação cultural expressa numa menor presença de determinadas culturas e um centrar de esforços nas culturas permanentes – oliveira, castanheiro, amendoeira, conforme as zonas agro-ecológicas em causa – menos exigentes em trabalho, e simultaneamente cujos principais necessidades em mão-de-obra se concentram em determinados períodos. Esta progressiva adaptação/reorientação passa de facto pelo abandono das terras de cereal, das que têm menor importância para o autoconsumo e/ou das de menor valor patrimonial. Relativamente às actividades pecuárias, a criação de bovinos de carne é desde logo a mais expressiva. De facto, a actividade leiteira e o pastoreio de ovinos e caprinos têm menor expressão, o que é atribuído às suas maiores exigências em trabalho e particularmente em esforço físico, bem como em mobilidade. Por outro lado, a valorização das raças autóctones de bovinos/carne (através, por exemplo, do pagamento de indemnizações compensatórias) tornam esta actividade economicamente atractiva.

Em síntese, este trabalho evidencia, na região transmontana, um conjunto de agricultores com mais de 65 anos, que continuam a produzir, concentrando os seus esforços em produções para consumo directo e em culturas permanentes.

Tipologia de idosos residentes em meio rural em Trás-os-Montes

Foi também realizado um estudo com base na inquirição de idosos agricultores, em 4 aldeias transmontanas, abrangendo diferentes zonas agro-ecológicas (Terra Fria de Montanha, Vales Sub-Montanos, Terra Quente e Douro)⁵. Foram inquiridos 100 indivíduos com mais de 65 anos, com o objectivo de os caracterizar no que diz respeito às agriculturas praticadas, e ainda na tentativa de averiguar o grau de actividade/inactividade associadas aos idosos residentes em meio rural.

Com uma idade média de 75 anos (58% mulheres e 48% homens, sendo cerca de metade viúvos), na sua maioria não escolarizados (60%) e vivendo sobretudo sós ou com o cônjuge (70%), estes indivíduos representam um grupo muito heterogéneo

⁵ Dados tratados no âmbito do projecto “Envelhecimento da população e retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes”, Projecto Praxis XXI, Contrato de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico Praxis/2/2.1/CSH/869/95, Investigador Responsável: José Portela, DES-UTAD.

do ponto de vista do número de actividades agrícolas desenvolvidas, bem como da sua dimensão.

Assim, como pode ver-se no Quadro 1, os idosos inquiridos foram classificados em 5 tipos, variando entre os que não têm actividade (Tipo A) e os que mantêm ainda grande actividade na agricultura (Tipo E)⁶. Na tipologia apresentada, estes indivíduos são agrupados de acordo com o seu grau de actividade directiva e/ou executiva nas explorações agrícolas. Os principais critérios utilizados foram o número de actividades desenvolvidas e o número de árvores ou pés de vinha, as produções obtidas, bem como os efectivos animais. A este critérios foi ainda associada uma apreciação global da situação do idoso no que diz respeito ao nível de actividade física.

Quadro 1 – Tipologia de actividade agrícola dos idosos inquiridos.

Tipos/denominação	Idade média (anos)	Nº de indivíduos inquiridos
A – Sem actividade	79	39
B – Muito pouca actividade	76	20
C – Pouca actividade	73	20
D – Média actividade	73	14
E – Muita actividade	69	7
Total	–	100

Assim, podemos constatar que nos tipos que correspondem a maior grau de actividade, a idade média dos indivíduos aí incluídos é menor, e *vice-versa* (Quadro 1). Note-se, porém, que no estabelecimento da tipologia não foram tidos em conta quaisquer critérios etários.

A tipologia aqui apresentada representa um quadro estático da situação destes indivíduos. No entanto, estamos perante um processo dinâmico onde as trajectórias de decréscimo de actividade são, nalguns casos, relativamente longas e, noutros, apresentam rupturas ou descontinuidades mais ou menos abruptas.

Tipo A – idosos sem qualquer actividade agrícola

⁶ Comunicação de Alberto Baptista ao 2º Seminário do Projecto de Investigação PRAXIS XXI “Envelhecimento da população e retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes”, realizado a 18 de Dezembro de 1998, em Vila Real.

Neste grupo de indivíduos sem qualquer actividade agrícola (que representam 39% do total dos inquiridos), muitos apresentam vários problemas de saúde e/ou incapacidade física, o que os impossibilita de trabalhar. As pensões de reforma constituem a principal receita da grande maioria destas famílias (87%).

Tipo B – idosos com muito pouca actividade

Encontram-se classificados neste grupo 20% dos inquiridos, limitando-se as actividades na agricultura a uma pequena horta junto à casa, com áreas que podem variar entre os 25m² e os 500m², para a produção de hortícolas e de batata. Nalguns casos a actividade desenvolvida é sobretudo directiva. As pensões de reforma, tal como no tipo anterior, são a principal receita em todas as famílias incluídas neste tipo.

Tipo C – idosos com pouca actividade

Neste grupo, em que se classificou 20% da população inquirida, temos indivíduos cuja actividade agrícola é mais importante do que no grupo anterior e, sobretudo, mais diversificada. Para além das hortas, aparece também frequentemente a criação de animais (sobretudo de capoeira, asininos e suínos, ainda que em número reduzido). Regista-se ainda, de acordo com a localização da aldeia de residência, a existência de determinadas culturas permanentes: castanheiro nuns casos, vinha, amendoal e olival, noutros.

As produções destinam-se principalmente ao autoconsumo dos agregados e de familiares que não vivem na aldeia. Há também produções que se destinam à venda (castanha, amêndoa e vinho), mas as pensões de reforma continuam a ser a principal receita destas famílias.

Tipo D – idosos com actividade média

Estão neste grupo, que apresenta já níveis de actividade agrícola substancialmente superiores, 14% dos inquiridos.

As pensões de reforma continuam a ser a principal receita na maioria dos agregados (86% dos casos) e as receitas da actividade agrícola surgem como fontes de rendimento secundárias na maior parte destas unidades familiares (79%). Para estas contribui a venda de vários produtos agrícolas: azeite, vinho, amêndoa, castanha, batata.

Tipo E – idosos com muita actividade

Por fim, temos o grupo dos indivíduos que se considerou trabalharem intensamente na exploração e que simultaneamente desenvolvem um elevado número de actividades: produção de leite, cereal, batata, azeite e vinho. Estes indivíduos têm explorações agrícolas bem integradas no mercado de produtos e de factores de produção. O que os distingue dos restantes grupos apresentados é o nível das actividades, substancialmente superior aos restantes. De facto, todos os indivíduos que o integram têm produções relativamente importantes de batata (desde os 2500Kg aos 10000kg), que se combinam com efectivos pecuários e/ou vinho, produção de azeite e de amêndoa, em proporções bastante apreciáveis.

As principais receitas destas famílias são as reformas, a venda de produtos da exploração, ou ainda uma combinação das duas.

Temos, assim, uma população de idosos residentes em meio rural, que prosseguem uma actividade apesar das políticas de revitalização do mundo rural terem sobretudo a ver com tentativas de renovação da população activa agrícola. Os incentivos à instalação de jovens agricultores e o programa de reforma antecipada do sector agrícola são disso exemplo. Relativamente a este último programa, a pesquisa empírica mostra, no entanto, que os efeitos desta política não foram substanciais.

Agricultores e Cessação de Actividade

Num trabalho de avaliação da Cessação de Actividade Agrícola em Portugal obtiveram-se vários níveis de justificações para a fraca adesão a esta medida. “(...) após quatro anos de aplicação efectiva (...) os resultados ficaram muito aquém das expectativas: cerca de 650 cessações efectivas (...) para uma previsão de 1100 por ano” (António *et al.*, 2001). Para além das questões relacionadas com a falta de informação/divulgação dos numerosos requisitos legais exigidos e da complexa formulação das candidaturas, que a tornam desde logo uma medida selectiva, considerou-se também que “há alternativas, certezas e riscos a rodear a decisão da reforma antecipada e consequentemente, há recusas quanto à ideia do abandono da actividade agrícola” (Baptista *et al.*, 1999).

De entre as razões apontadas para a recusa de candidatura a este programa temos o facto de os hipotéticos *agricultores cessantes* estarem apenas dispostos a passar a sua exploração em situações em que os *novos titulares* são familiares (filhos

ou genros). Tal facto limita desde logo o número de candidaturas a este programa já que são cada vez menos os agricultores cujas explorações têm sucessor. Por outro lado, a exigência de que os *novos titulares* sejam agricultores a tempo integral resulta também numa redução do número de aderentes ao programa, dado o crescente número de casos em que a agricultura é exercida em complemento de outras actividades. Salienta-se ainda que a maioria das candidaturas a esta medida se verifica num contexto de arrendamento de terras agrícolas, o que mostra que os *agricultores cessantes* não querem abdicar do seu património. Aparece também como justificação de uma não candidatura, a recusa a uma hipótese de abandono da actividade agrícola.

Esta contradição entre as políticas empreendidas e a realidade das sociedades rurais de hoje – apesar de ser justificação declarada das primeiras o reconhecimento da especificidade e da importância estratégica das segundas –, constitui sem dúvida um ponto de reflexão. Faz assim sentido tentar compreender:

- Por que motivo vão prosseguindo esta actividade indivíduos que têm potencialmente cada vez menos possibilidades físicas e condições de trabalho, sobretudo num contexto em que regionalmente e em termos puramente económicos, a agricultura surge como uma actividade pouco rentável?
- O que explica o seu empenho nesta actividade, dadas as limitadas hipóteses de sucessão familiar na exploração agrícola?

Os estudos que se vêm citando dão, numa primeira aproximação, algumas respostas a estas questões (Fragata e Portela, 2000)⁷. De facto, e em relação à primeira delas, estes agricultores de mais de 65 anos, embora por vezes também vendam parte da produção, destinam-na essencialmente ao consumo directo (seu e da família). Deste modo, a actividade agrícola surge como complemento do rendimento do agregado, o qual é baseado nas reformas. Por outro lado, quanto à segunda das questões levantadas, a inquirição efectuada no quadro dos trabalhos referidos regista duas razões de peso significativo para a permanência na agricultura:

⁷ Cfr. também comunicação de Alberto Baptista “Tipologia de actividade agrícola dos idosos em Trás-os-Montes, partilhas e sucessão da terra” ao 2º Seminário do Projecto de Investigação PRAXIS XXI “Envelhecimento da população e retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes”, realizado a 18 de Dezembro de 1998, em Vila Real.

a necessidade de se manterem ocupados e a manutenção de um património preservado.

Estas respostas, porém, não esgotam, na nossa opinião, a explicação das questões levantadas, pelo que prosseguimos com uma abordagem desta problemática num outro plano.

Agricultura, relações familiares e intergeracionais

Centraremos agora a análise na questão do papel dos familiares ausentes do meio rural. Estes, filhos e nalguns casos netos, afastados da esfera produtiva no seu quotidiano estão, no entanto, incluídos nas estratégias da exploração e amiúde interessados nos produtos⁸ e na preservação do património da família. Utilizaremos resultados de dois trabalhos distintos, em que foram analisadas as relações familiares, em particular as intergeracionais.

Assim, num estudo levado a cabo também em Trás-os-Montes, numa população de indivíduos que emigraram e que, anos mais tarde, regressaram ao local de origem para aí se reinstalarem na actividade agrícola, foram analisados aspectos da ligação aos elementos da família ausentes, bem como os papéis por eles assumidos⁹. Os resultados apurados (através da inquirição de 75 idosos ex-emigrantes regressados) denotam uma multiplicidade de situações que encerram, no seu conjunto traços, para uma leitura integrada do fenómeno em estudo.

Os entrevistados têm em comum a idade (mais de 55 anos de idade), o facto de terem emigrado e, depois de uma ausência prolongada (pelo menos 5 anos), terem regressado à aldeia de partida para aí se reinserirem na vida local.

Ao regressarem, as actividades empreendidas centram-se, em mais de 80% dos casos, na agricultura – maioritariamente a actividade de origem, praticada nos moldes tradicionais. Constatou-se também que estes indivíduos incluem nos seus objectivos de produção as doações de produtos aos filhos ausentes.

⁸ O interesse no abastecimento nestes produtos da terra bem como no seu consumo ,está também ligado às questões de qualidade alimentar dos mesmos. De facto, com frequência, a justificação de continuidade na produção agrícola se associa às vantagens do consumo de alimentos são.

⁹ Comunicação de Sílvia Nobre "Agricultores idosos em Trás-os-Montes: retorno e condições de vida actual e futura" ao 2º Seminário do Projecto de Investigação PRAXIS XXI "Envelhecimento da população e retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes", realizado a 18 de Dezembro de 1998, em Vila Real.

Como pode observar-se na Figura 1, em que são analisadas as relações estabelecidas com os filhos, as trocas de produtos aparecem à cabeça, tendo ainda alguma expressão as ajudas monetárias.

Convém notar que a designação *produtos* se refere aos produtos da terra, que por vezes são ainda no âmbito das actividades domésticas, transformados, destinado aos que moram mais perto, estão os produtos da horta constituindo o abastecimento semanal sobretudo em legumes frescos e flores. Aos filhos que moram mais longe, não raro fora do país, destinam - se sobretudo produtos de origem animal já transformados (o queijo e o fumeiro, principalmente), batatas, vinho e azeite. Os produtos são entregues quando ocorrem visitas dos filhos à aldeia, ou ainda através de encomendas entregues por vizinhos ou familiares, quer graciosamente quer num esquema de transporte e entrega de encomendas a grande distância, muito bem organizado por particulares, e especialmente bem pago.

Por outro lado, se bem que um regresso para lhes suceder não seja no contexto actual hipótese a considerar, é evidente o interesse dos filhos no património fundiário que é guardado e preservado pelos pais. Na realidade, com frequência, as visitas aos pais coincidem com épocas de ponta de alguns trabalhos agrícolas (Portela, 1988; Madureira, 1994).

Assim, para além do interesse óbvio já mencionado por determinados produtos da terra, o contributo dos filhos em trabalho vem viabilizar a continuidade de determinadas actividades pelos pais. A apanha da castanha, a da azeitona e a vindima são disso exemplo, uma vez que correspondem a produtos regionais, bem valorizados quer em termos comerciais, quer em termos do consumo directo.

Na Figura 2 mostra-se a periodicidade das visitas efectuadas pelos filhos. Temos, por um lado, as de carácter anual, de longe as mais expressivas (com mais de 45%), correspondendo predominantemente a situações de filhos a residir a grande distância. São também expressivas (quase 25%) as visitas semanais e quinzenais, que representam aqui deslocações dos filhos a viver relativamente perto da aldeia.

As visitas são também complementadas, e, por vezes, mesmo substituídas por telefonemas. Uma vez que, como nos foi dito, a correspondência escrita caiu em desuso, podemos constatar (Figura 3) que o telefone é o meio utilizado para um contacto permanente dos filhos com os pais. Os telefonemas semanais são de longe os predominantes (representando 40% do total) e, por outro lado, os casos em que eles ocorrem 2 a 3 vezes por semana representam ainda mais de 10% do total dos inquiridos.

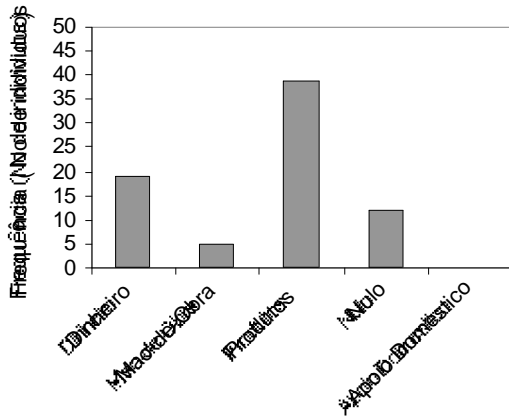


Figura 1 – Tipos de Apoio concedidos aos Filhos

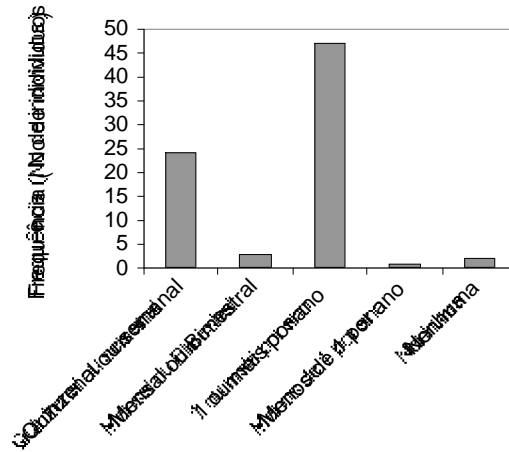


Figura 2 – Frequência de visitas dos Filhos à aldeia

Por outro lado, estando na sua maior parte os filhos ausentes, as ajudas por eles prestadas aos pais (Figura 4), vão manifestar-se em mais de 50% dos casos pelo fornecimento de produtos (sobretudo mercearia e roupas), pelo fornecimento de mão-de-obra e por ajuda financeira.

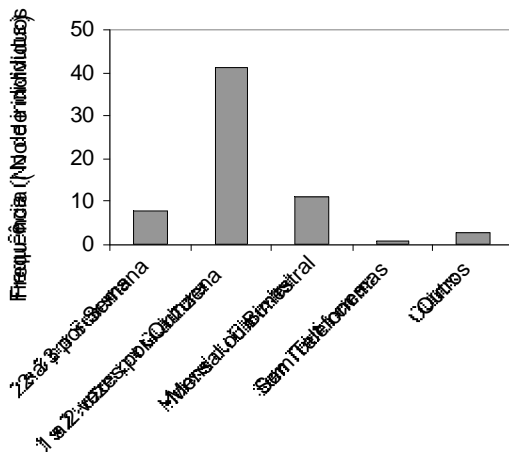


Figura 3 – Periodicidade dos telefonemas dos Filhos

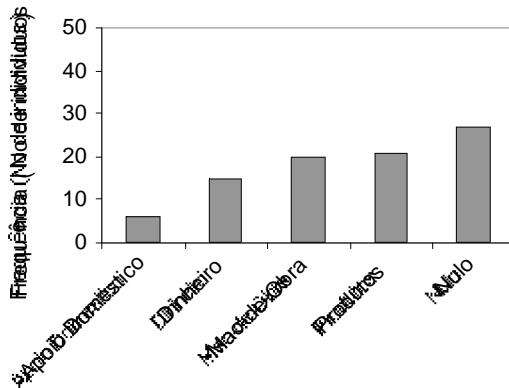


Figura 4 – Tipos de Apoio concedidos pelos Filhos

Pudemos ainda constatar que os apoios concedidos aos idosos por parte de familiares e vizinhos, também eles residentes na aldeia, é importante. Entre familiares as ajudas em mão-de-obra têm particular relevo, (em cerca de 15% dos casos) e

embora com menor expressão, o de apoio domiciliário (em 6 % dos inquiridos). Os serviços pagos são de longe a modalidade de apoio mais expressiva para o caso dos vizinhos (em quase 30% dos casos), seguidos de perto das prestações em mão-de-obra (mais de 20% das situações inquiridas)(Figuras 5 e Figura 6).

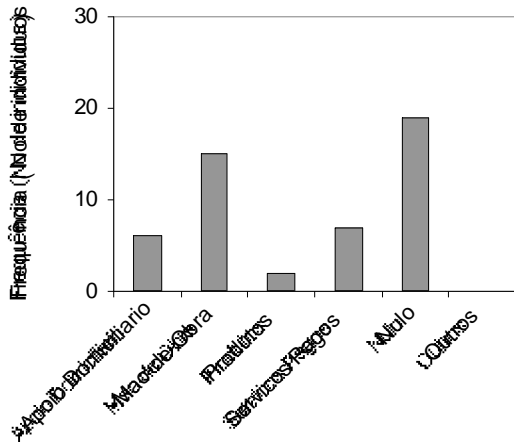


Figura 5 – Tipos de Apoio concedidos por outros Familiares

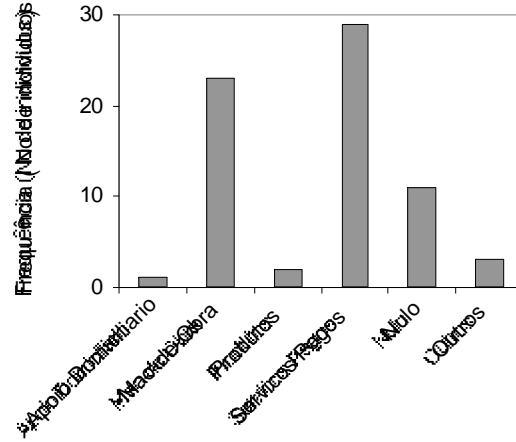


Figura 6 – Tipos de Apoio concedidos por Vizinhos

Num outro trabalho, centrado agora num grupo de indivíduos que residem e trabalham numa cidade inserida em meio rural (Bragança), estudou-se a sua ligação actual ao meio rural de onde são oriundos, bem como aos (familiares) que actualmente aí residem, e em particular à actividade agrícola. As conclusões são concordantes com os resultados já apresentados. Situamo-nos agora do “outro lado “ desta cadeia de laços intergeracionais – o dos descendentes que deixaram o meio rural e a agricultura (Nobre,2001).

Pudemos verificar que os filhos ausentes da aldeia e da agricultura como actividade principal e quotidiana, mas residindo numa cidade relativamente próxima, (mais ou menos, conforme os locais de origem que são predominantemente no distrito de Bragança), são contudo um pilar importante na organização das estratégias de produção das explorações agrícolas dos pais, idosos residentes em meio rural. Averiguando directamente o seu interesse pelo património existente, bem como o consumo dos produtos da actividade agrícola, e ainda a importância (frequência) da sua participação nos trabalhos das explorações agrícolas, constatamos elevados graus de envolvimento dos descendentes nas actividades agrícolas dos progenitores(Nobre, 2001).

Nota Final

Evidenciámos um quadro em que idosos residentes em meio rural aí querem permanecer continuando a actividade na agricultura, e cujos os filhos, ausentes, e não tendo como meta regressar, não estão no entanto alheios à preservação de um património que lhes virá a pertencer. Neste contexto será prudente pretender deslocar esses idosos (para lares, por exemplo), e transformá-los em pensionistas assistidos?

Supomos que não, tanto mais que a evidência empírica nos mostra que as soluções desenvolvidas são no sentido de uma diminuição progressiva das actividades desenvolvidas na agricultura (à medida das impossibilidades físicas que vão surgindo) e que há redes de solidariedade intergeracionais e vicinais a funcionar, como se referiu.

Segundo Claudine Attias-Donfut¹⁰ “Transmissões e influências entre gerações formam um dos fenómenos de base através dos quais a sociedade se reproduz, se transforma e se perpetua. A família é uma das peças fundamentais desta engrenagem, favorecendo as interacções permanentes entre gerações (...)

Instalada a segregação de idades, no trabalho, nos locais de vivência e convivência, a família permanece como um dos principais espaços onde gerações diferentes se encontram e agem umas sobre as outras. Mas as trocas entre gerações seguem na realidade dois circuitos, um privado, intrafamiliar, o outro público, institucional, através da protecção social (...)” (Attias-Donfut, 1995).

Nos diferentes estudos sobre idosos no meio rural de Trás-os-Montes, utilizados nesta reflexão, também nós constatamos as duas componentes das trocas intergeracionais (privadas e públicas). De facto, ao incidirmos a nossa análise em indivíduos com mais de 65 anos referimo-nos à categoria dos que recebem uma reforma (ou seja, são assistidos pela segurança social); por outro lado, a abordagem da continuidade e das modalidades sucessivamente assumidas na actividade agrícola, pautou-se sempre pela compreensão das trocas intergeracionais e em particular num novo conceito de família / casa agrícola, no que diz respeito à agricultura por ela planeada e praticada

O conceito de família agora reformulado (à luz das novas realidades apercebidas) passa então a incluir os seus elementos ausentes no espaço quotidiano da exploração. De facto, os filhos, apenas presentes em determinados períodos e

¹⁰ Tradução nossa.

trabalhos, são também parte interessada nas estratégias produtivas dos pais, uma vez que também consomem os produtos agrícolas, e não são indiferentes à preservação do património da família.

Tentando agora e para finalizar, apontar vias de actuação que melhorem as condições de vida e permanência em meio rural dos idosos aí residentes, acrescentaríamos que medidas que reforcem o eixo da solidariedade pública institucional nesses locais, serão porventura as que poderão continuar a somar-se às outras solidariedades (as privadas). É importante que tais medidas contribuam para o minorar das questões de isolamento, resolvendo a falta de transportes, de apoio no quotidiano e de assistência na saúde, para referirmos apenas algumas das carências mais frequentemente avançadas.

Bibliografia

- António, P., Baptista, A. e Portela, J. (2001). "A Reforma Antecipada: a favor ou contra os agricultores idosos? – Síntese de uma avaliação expedita da Cessação da Actividade Agrícola em Portugal Continental (1994-1998)". Em *Agricultura, economia e sociedade – Ensaio em homenagem ao Prof. Fernando Estácio*, IFADAP: Lisboa.
- Attias-Donfut, C. (1995). "Le double circuit des transmissions". Em C. Attias-Donfut (dir.). *Les Solidarités entre Générations – Vieillesse, Famille, État*. Nathan: France.
- Baptista, A., António, P. e Portela, J. (1999). "A Medida de Cessação da Actividade Agrícola em Portugal Continental, 1994-98 – Contributo para uma primeira avaliação". DGDR, UTAD/DES: Vila Real.
- Caldas, J. Castro (1981). "Caseiros do Alto-Minho – adaptação e declínio". *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 7/8, 203-217.
- Fernandes, A. (1999). "Velhice e sociedade: alterações nos calendários demográficos e políticas sociais". Em *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 4. Câmara Municipal de Cascais, Cascais.
- Fragata, A. e Portela, J. (2000). "Agricultores idosos de Trás-os-Montes: exclusão e reconhecimento", *Análise Social*. XXXV (156) 721-737.

- Madureira, L. (1994). "A Olivicultura nos Sistemas de Produção Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro: um contributo para o estudo das relações entre a agricultura e o ambiente". *Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural*, 273 p.
- Nobre, S. (1993). "Emigration, Retour et Agriculture dans un village de Trás-os-Montes (Portugal)". *Tese de Mestrado*, CIHEAM, Montpellier.
- Nobre, S. (2001). "Multifuncionalidade dos espaços rurais – os pontos de vista de um grupo de “urbanos ex-rurais”, em Trás-os-Montes. Comunicação apresentada ao IV Colóquio Hispano-Português de Estudios *Rurales La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Ibérica*, Santiago de Compostela (aguarda publicação).
- Portela, J. (1988). "Rural Household Strategies of Income Generation: a study of North-Eastern Portugal, 1900-1987". Ph. D. Thesis, 620 p.
- Portela, J. e Nobre, S. (no prelo). “Entre Pinela e Paris: emigração, imigração e regressos”, aceite para publicação na Revista *Análise Social*.
- Segalen, M. (1995). “Continuités et discontinuités familiales: approche socio-historique du lien intergénérationnel”. Em C. Attias-Donfut (dir.). *Les Solidarités entre Générations – Vieillesse, Famille, État*. Nathan: France.